

como joio do trigo, dos que pediam “pelo nosso Bispo Florentino”.

Para os católicos que se identificavam com as linhas – e sobretudo com as entrelinhas – da carta de D. António Ferreira Gomes, pareceu chegada a hora de posições crescentemente mais arrojadas.

Para nós, o que era sobretudo vital era o lançamento de uma publicação, onde sem as peias da submissão hierárquica, pudéssemos exprimir a nossa oposição à “ordem estabelecida.”. O modelo era o da *Esprit*. Uma revista de pensamento e acção. *A nossa Revista*. Providencialmente, esse era também o sonho do António Alçada Baptista, que até aí não encontrara gente para a fazer. Durante três anos, não pensámos noutra coisa, não sonhámos com outra coisa. Em 1962, o projecto estava pronto. Em Janeiro de 1963, dirigido pelo António Alçada, sendo eu chefe de redacção, com o Pedro Tamen como editor e o Nuno de Bragança e o Alberto Vaz da Silva como redactores principais, saiu o nº 1 de *O Tempo e o Modo*.

Entretanto, o António Alçada, ainda em 1958, convidou o Pedro Tamen para director editorial da Livraria Moraes, ali na Rua da Assunção, à esquina da Rua dos Douradores, onde ficavam os escritórios. Em 1959, começou a publicar-se a colecção chamada “Círculo do Humanismo Cristão”. Começou com as traduções de José Blanc de Portugal dos *Disparates do Mundo* de Chesterton e de Salette Tavares dos *Pensamentos* de Pascal. Mas, pouco a pouco, foi-se tornando menos “clássica” e os grandes nomes do personalismo cristão e da teologia mais inovadora apareceram em língua portuguesa: Jean Lacroix, Chestov, Albert Béguin, Maurice de Nédoncelle, Simone Weil, por um lado; Yves de Montchand, Yves Congar, Maurice Villain, Von Steenberghen, Hans Urs Von Balthazar, por outro. Foi lá que publiquei, em 1960, um livro sobre Emmanuel Mounier, que fora já objecto da minha tese de licenciatura em 1959. E, numa outra colecção, para que o Pedro Tamen inventou o nome “*O Tempo e o*

*Modo*”, que depois a revista adoptou, traduzi, de Mounier, *O Personalismo*, a *Introdução aos Existencialismos*, o *Manifesto ao Serviço do Personalismo*.

A doutrina precedeu a acção, como igualmente evidenciaram várias outras colecções de temas históricos, sociológicos, etc., em que a geração do *Encontro* publicou as suas primeiras obras. E, na Moraes, começou o famoso diálogo de crentes e não-crentes de que *O Tempo e o Modo* foi a expressão mais conhecida. Na Rua da Assunção, juntaram-se-nos os futuros dirigentes do PS (Mário Soares, Salgado Zenha), as cabeças da “geração de 62” (Jorge Sampaio, Medeiros Ferreira, Sottomayor Cardia, Manuel de Lucena, ou o imberbe Vasco Pulido Valente, que depois seria sub-chefe de redacção da Revista), poetas e escritores como Sophia de Mello Breyner Andresen, Jorge de Sena, Alexandre O’Neil, Ruy Belo, José Cardoso Pires, Virgílio Ferreira, Almeida Faria.

Muitos viram neste movimento o germe do partido político que D. António Ferreira Gomes reclamara. Mas, para nós, que nisso seguíamos velhas lições da Acção Católica, a “democracia cristã” era inimigo de que fugir como o diabo da cruz. Não estávamos ali para ser a nova direita ou a direita do futuro. Estávamos ali para ser *leigos para os novos tempos* (título de um livro do personalista italiano Mario Rossi, também traduzido) e, num ecumenismo sem limites, por fim a séculos de “constantinismo”, ou seja, de conúbio entre o poder temporal e o poder espiritual. O nosso combate era ao lado dos não-crentes, nunca separado deles. E, se rejeitávamos o chavão “católicos progressistas”, assumíamos publicamente o de “católicos de esquerda”.

70) que contribuiu. Na base, havia uma tradição (em Portugal cimentada por dezasseis anos de tropelias “democráticas”, durante a 1ª República) que nos tornava imunes a demasiado calor em tais paragens. *El liberalismo es pecado*, como Sarda y Salvany tinha dito num livro célebre, noventa anos antes dos nossos cravos.

Por outro lado, as democracias cristãs que, a seguir à guerra, conquistaram o poder em vários países europeus, eram, sem excepção, partidos de direita e com essa direita não nos queríamos identificar. Mesmo as relativas esperanças que se tinham posto, nos anos 50, em “novas democracias-cristãs” (caso do Chile, por exemplo) morreram no mundo dos anos 60, com o programa minimamente reformador de Eduardo Frei.

Finalmente, havia uma invencível repugnância, que nos vinha do legado *Esprit*, pelo uso (abuso) da palavra cristão. Mounier dissera, um dia, que mesmo que todos os colaboradores da *Esprit* fossem católicos, a revista, enquanto tal, jamais o seria. As razões dele pareciam-nos válidas para evitar qualquer movimento ou partido confessional. Porque, como ele sustentara, nem tudo o que se diz cristão e se reclama do Cristianismo mantém igual fidelidade ao espírito cristão, antes servindo tais epítetos, as mais das vezes, para o misturar com algo que eventualmente mais dele se distancia. Porque, em combates específicos e especificamente determinados, não pode haver confusões entre atitudes concretas e concretas opções dos indivíduos que fazem parte de um colectivo e a atitude desse colectivo.

Apesar de ser esta a nossa “doutrina”, razões muito práticas levaram alguns de nós, repetidas vezes, a pô-la em questão. Se as famílias políticas europeias já estavam “representadas” em Portugal, com um Partido Comunista na clandestinidade e, em torno de Mário Soares e de Salgado Zenha, com o embrião do futuro Partido Socialista (a ASP, Acção Socialista Portuguesa, fora criada em Génève em 1964) faltava – e fazia falta – a Democracia Cristã. O nosso destino “natu-

ral” era criá-la. Vezes sem conta, ouvi este raciocínio, lógica e politicamente impecável, a Mário Soares, que, desejoso de ter uma formação política oposicionista à sua direita, sempre tentou empurrar-nos para a criação de uma lusa DC. Os nossos escrúpulos morais pareciam-lhe irrelevantes. Dependia de nós que a DC a criar fosse mais ou menos à direita, sendo claro que não via com bons olhos que nos sentássemos à esquerda dele. O António Alçada era permeável a este discurso, mas era um general sem tropas. Além disso, as portas a que bateu, em Itália, quando procurou, junto da ala esquerda da DC italiana, apoios materiais para as suas acções cívicas (Moraes, *O Tempo e o Modo*, a *Concilium*) ou se lhe fecharam, ou se lhe abriram pouquíssimo, ninguém desejando arriscar em terreno tão fluido qualquer trapalhada que virasse o feitiço contra o feiticeiro. Curiosamente, era em gerações mais novas do que a nossa (Alexandre Bettencourt, Júlio Castro Caldas e outros membros da secção do “Noticiário Crítico” de *O Tempo e o Modo*, em 1965 dirigida pelo Vasco Pulido Valente) que o António Alçada encontrava mais apoios. O Vasco Pulido chegou a perguntar-me muitas vezes se era preciso ser católico para entrar na DC, que lhe parecia via óbvia. No mesmo ano do “Manifesto dos 101”, quis mobilizar a sua equipa para um apoio politicamente organizado à candidatura do António Alçada às “eleições legislativas” de 1965. E não lhe perdoaram a rápida desistência. O Vasco Pulido não assinou, pela óbvia razão de não ser católico, o “Manifesto dos 101”, mas acompanhou de perto a feitura dele e viu, na sua concretização, o passo fundamental que nos faltava para chegarmos a um corpo político organizado. O Francisco de Sousa Tavares há anos que não pensava noutra coisa, mas não se entendia politicamente com o António Alçada nem o António Alçada com ele. O José Pedro Pinto Leite, que se aproximara de nós em 1964, como disse acima, também tinha esse objectivo na mira e guiava-se muito pela experiência alemã que, por razões profissionais, conhecia bem.

Mas a maioria dos católicos de *O Tempo e o Modo* ou da *Pragma* (em que me incluía) não navegava nessas águas.

que a Igreja Católica encarna e mantém (e que não pode deixar de encarnar e manter, ao contrário do que muitos pensam)”; quando assumi publicamente que “descubro em todas as institucionalizações da religião, em todas as igrejas, o gérmen essencialmente reaccionário que as torna necessariamente instrumentos de repressão e de oposição a uma radical libertação do homem”; quando assumi publicamente “que deixara de ser católico”; estava longe de pensar que tantos que me ouviram, tristes ou perplexos, fizessem minhas essas palavras (ou ou-tras muito próximas) nos anos seguintes. Onze anos antes, eu sentia-me parte de “uma nova geração”, geração com a qual partilhava fé e esperança redentoras. Onze anos depois, continuava a sentir-me parte de uma “nova geração”, mas se havia fé e esperança redentoras, já não era nas mesmas coisas e, sobretudo, já não era na mesma Igreja. Um a um, quase todos os nomes citados ao longo deste artigo, muito para além do reduzido grupo a que chamei (chamávamos) *nós*, deixou a Igreja, com maior ou menor ruído, maior ou menor sofrimento e ficou à porta d’Ela, de fora. Padres e leigos, muitos padres e muitos leigos.

Os “católicos progressistas” (termo que se generalizou por esses “anos finais”, tão longe do nosso combate contra ele) deram ainda que falar? Deram e muito. Mas a luta – agora – passou a incluir entre os adversários a própria Igreja, tornou-se numa luta interna quase tanto como numa luta externa.

Exemplos dessa “outra face” são os dois cadernos que *O Tempo e o Modo* consagrou ao Casamento e a Deus, em 1968, o ano mais vertiginoso deste século. Cadernos e não simples números de Revista para poderem ser considerados publicações “não-periódicas” e assim escapar à censura prévia exercida sobre cada número da Revista. Nestes casos, aplicava-se-lhes o estatuto dos “livros”. Podiam ser editados, mas também podiam ser apreendidos. Foi o que aconteceu, de resto, com o caderno chamado *O Casamento*, publicado em Março de 1968.

No editorial desse caderno lia-se que “*O Tempo e o Modo*, ao abordar o casamento, comete, talvez, o mais difícil dos seus

diálogos”. Seria mais exacto se se dissesse que “ao acometer o Casamento, aborda, talvez, o mais difícil dos seus diálogos”. Porque de acometer o Casamento na verdade se tratava, quando também se dizia que “a luta contra a desordem estabelecida passa necessariamente pela luta contra os costumes e instituições anquilosadas sobre os quais ela se baseia”.

Hoje seria difícil, relendo essa publicação, compreender a “tempestade” que ela, à época, significou. Mas, nas linhas e nas entrelinhas, esse caderno significava que a única das “revoluções” dos anos 60, de que os católicos portugueses se tinham mantido afastados, a “revolução sexual”, chegava agora até eles com um vasto inquérito sobre temas como “Será o casamento necessário?”, “A Fidelidade tem para si sentido?”, “Liberdade Sexual”, “Divórcio”, etc. O caderno era eclético e dialogante? Era. Mas, mau grado esse eclectismo e esse diálogo, o que sobressaía não eram os artigos e textos ortodoxos e ponderados, mas as autênticas provocações que consistiam em dar-lhe por companhia outros tantos ousadíssimos e que para essas provocações ali estavam. Por exemplo, na secção “Antologia” – em que traduzíamos textos base – a maior parte dos antologizados abençoados eram também (Teilhard de Chardin, Chauchard ou os padres Marc Oraison e Alphonse D’Heilly). O escândalo vinha de se lhes associar Wilhelm Reich, o analista e marxista heterodoxo, autor de uma das bíblias desses anos, *The Sexual Revolution*, livro de cabeceira dos estudantes que, dois meses depois, iam fazer Maio. Os textos de fundo (José Carlos Ferreira de Almeida, António Alçada, Eduardo Lourenço, Miller Guerra, Azevedo e Silva) eram relativamente digeríveis, com a eventual excepção do primeiro, mas as perguntas e algumas das respostas ao inquérito desafiavam os menos puritanos de então. Entre eles, os organizadores (basicamente eu e a Helena Vaz da Silva) misturávamos, como quem não quer a coisa, pequenos textos traduzidos, onde nem faltaram o Marquês de Sade e Henry Miller.

Percebe-se que não fossem só os adversários do costume a estremecer com a ideia. Mesmo para alguns “companheiros

de estrada” metêramo-nos por muito maus caminhos e descreditávamos a pureza da nossa luta comum. Sempre irónico em relação a nós e ao nosso catolicismo, o Vasco Pulido Valente costumava dizer que tinha sido afinal pelo sexo que fôramos apanhados. Não era inteiramente falso, mas, repensando a citação de Bernanos que ficou lá para trás, o laço talvez fosse mais humano do que outros muitos, mais nobres, que nos tinham querido atirar ao pescoço. Mal por mal, antes Freud do que Marx.

O caderno “Deus O que É?” surgiu em Setembro de 1968, poucos dias antes de Salazar cair da cadeira abaixo. Lido hoje, ainda é mais surpreendente e dá “póstuma” razão a Eduardo Lourenço, quando escreveu, à época, que era a obra mais radical que do País lhe podia chegar. Entre torrentes de prosa dos teólogos dos deuses ocultos e da morte de Deus (Robinson, Bultmann, Bonhoeffer, Schilleebeckx, González-Ruiz, que a Moraes traduziu para português numa colecção chamada “Linha de Risco”), dois debates gravados. Um, entre católicos e ex-católicos, reuniu Alberto Vaz da Silva, Ana Maria Bénard da Costa, Frei Bento Domingues, Eduardo Veloso, Joana Lopes (à época, na Junta Central da Acção Católica), Luís Bénard da Costa, Maria Belo, Nuno de Bragança, Teresa Martins de Carvalho, Victor Wengorovius e eu próprio, com o Frei Bento como moderador. No outro, que eu moderei, juntaram-se alguns dos agnósticos ou ateus que então mais colaboravam com *O Tempo e o Modo*. Estão a imaginar, hoje, reunir Alfredo Barroso, Armando Trigo de Abreu, Jaime Gama, João Martins Pereira, José Carlos Ferreira de Almeida, José Luís Nunes, Mário Sottomayor Cardia e Miguel Castro Henriques para discutir Deus? Pois foi o que aconteceu e, acreditem ou não, ainda convidámos (mas faltaram) Jorge Sampaio, João Cravinho e Nuno Brederode Santos. Claro que, a partir de certa altura, Deus Pai ficou a um canto e o Pai Marx passou a grande plano. E, à sombra de Deus, o debate serviu sobretudo para alfinetadas mútuas entre os que já tinham escolhido o socialismo democrático e os que, nesses tempos, ainda eram do PCP, ou dele estavam próximos.